



Simulado Final

ANTT

Especialista em Regulação de Serviços
de Transportes Terrestres - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final ANTT (Especialista Regulação Serviços Transportes Terrestre)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres da ANTT**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qEE2x6U13GkcpYXe9>

01 - CE	18 - CE	35 - CE	52 - CE	69 - CE	86 - CE	103 - CE	120 - CE	137 - CE	154 - CE
02 - CE	19 - CE	36 - CE	53 - CE	70 - CE	87 - CE	104 - CE	121 - CE	138 - CE	155 - CE
03 - CE	20 - CE	37 - CE	54 - CE	71 - CE	88 - CE	105 - CE	122 - CE	139 - CE	156 - CE
04 - CE	21 - CE	38 - CE	55 - CE	72 - CE	89 - CE	106 - CE	123 - CE	140 - CE	157 - CE
05 - CE	22 - CE	39 - CE	56 - CE	73 - CE	90 - CE	107 - CE	124 - CE	141 - CE	158 - CE
06 - CE	23 - CE	40 - CE	57 - CE	74 - CE	91 - CE	108 - CE	125 - CE	142 - CE	159 - CE
07 - CE	24 - CE	41 - CE	58 - CE	75 - CE	92 - CE	109 - CE	126 - CE	143 - CE	160 - CE
08 - CE	25 - CE	42 - CE	59 - CE	76 - CE	93 - CE	110 - CE	127 - CE	144 - CE	161 - CE
09 - CE	26 - CE	43 - CE	60 - CE	77 - CE	94 - CE	111 - CE	128 - CE	145 - CE	162 - CE
10 - CE	27 - CE	44 - CE	61 - CE	78 - CE	95 - CE	112 - CE	129 - CE	146 - CE	163 - CE
11 - CE	28 - CE	45 - CE	62 - CE	79 - CE	96 - CE	113 - CE	130 - CE	147 - CE	164 - CE
12 - CE	29 - CE	46 - CE	63 - CE	80 - CE	97 - CE	114 - CE	131 - CE	148 - CE	165 - CE
13 - CE	30 - CE	47 - CE	64 - CE	81 - CE	98 - CE	115 - CE	132 - CE	149 - CE	166 - CE
14 - CE	31 - CE	48 - CE	65 - CE	82 - CE	99 - CE	116 - CE	133 - CE	150 - CE	167 - CE
15 - CE	32 - CE	49 - CE	66 - CE	83 - CE	100 - CE	117 - CE	134 - CE	151 - CE	168 - CE
16 - CE	33 - CE	50 - CE	67 - CE	84 - CE	101 - CE	118 - CE	135 - CE	152 - CE	169 - CE
17 - CE	34 - CE	51 - CE	68 - CE	85 - CE	102 - CE	119 - CE	136 - CE	153 - CE	170 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/zfqm8w>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***TEXTO I**

O transporte rodoviário no Brasil é responsável por uma grande parcela do transporte de cargas e passageiros. Ele é um dos principais meios de transporte utilizados pelas indústrias e empresas, e também é uma opção popular para o transporte pessoal. Dados da Confederação Nacional do Transporte indicam que 60% de tudo o que é produzido no Brasil é transportado pelo modal rodoviário, revelando com clareza qual é a importância do transporte rodoviário na cadeia de suprimentos.

O transporte rodoviário é o transporte de pessoas, mercadorias e bens em veículos terrestres, como carros, caminhões, ônibus e vans, por meio de rodovias, estradas e ruas. É uma forma flexível e versátil de transporte, que permite a entrega de mercadorias em locais específicos, com rapidez e eficiência.

Carros são utilizados principalmente para deslocamento pessoal e ainda para o transporte de pequenas cargas. Já os caminhões são veículos maiores, cuja finalidade é o transporte de mercadorias e bens em grandes quantidades. Estes são divididos em diferentes categorias, como caminhões leves, médios e pesados. Os ônibus realizam o transporte de passageiros em grandes quantidades, seja em viagens de longa distância ou em serviços urbanos, além de cargas pequenas. As vans, por sua vez, são veículos menores, que podem transportar um número limitado de passageiros e pequenas cargas.

Não obstante, é importante lembrar que, assim como qualquer meio de transporte, é preciso obedecer às leis e regulamentações de trânsito para garantir a segurança nas estradas. Cerca de 60% dos deslocamentos de pessoas nas cidades são realizados por meio de transporte público urbano, representando aproximadamente 59 milhões de passageiros diariamente.

Em relação ao transporte de cargas rodoviário, este modal é conduzido por caminhões provenientes de empresas transportadoras ou de cargas próprias, além de transportadores autônomos. Destes três operadores, os

autônomos representam 70% da frota que circula pelo País, consoante a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logísticas.

A despeito de suas características positivas, há uma série de desafios enfrentados pelas empresas no setor de transporte rodoviário, que podem comprometer sua eficiência e a qualidade do serviço prestado. Um dos principais pontos é a infraestrutura deficiente das estradas brasileiras. A falta de investimentos em manutenção e melhorias nas rodovias pode aumentar os custos operacionais das empresas e afetar a segurança dos motoristas e das cargas transportadas.

Outro desafio enfrentado pelo setor é a falta de segurança nas estradas. O roubo de cargas é um problema grave no Brasil e as empresas de transporte rodoviário precisam adotar medidas de segurança eficientes para proteger suas cargas e seus motoristas.

Também há a violência nas estradas e a desrespeito às leis de trânsito, que podem aumentar o risco de acidentes e prejudicar a reputação das empresas. A regulação do setor também é um obstáculo para as empresas do setor. As exigências legais, fiscais e ambientais podem ser complexas e onerosas, aumentando os custos operacionais das companhias.

<https://www.cobli.co/blog/transporte-rodoviario/>

Em relação a aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

- 01.** De acordo com o texto, o transporte rodoviário é uma forma barata, flexível e versátil de transporte, permitindo a entrega de mercadorias em locais específicos, com rapidez e eficiência.
- 02.** O segundo parágrafo traz a definição de transporte rodoviário, bem como suas vantagens e desvantagens.
- 03.** Por defender a tese de que o transporte rodoviário é popular, versátil e flexível, o texto se estrutura como predominantemente argumentativo.

04. Nos últimos parágrafos, o texto apresenta constatação de que o transporte rodoviário apresenta muitos desafios e não é a melhor opção a longo prazo
05. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte, o transporte rodoviário é responsável por 60% das cargas movimentadas no Brasil.
06. Entre os desafios enfrentados pelo setor de transportes, destacam-se a falta de segurança e o excesso de regulação fiscal.
07. Nas relações coesivas e semânticas do texto, o vocábulo "modal" é usado como termo geral, indicando um gênero de que "transporte rodoviário" é espécie.
08. Infere-se do quinto parágrafo que, no transporte rodoviário, as empresas utilizam ou transportadores autônomos ou empresas transportadoras contratadas.
09. No segmento "Também há a violência nas estradas e a desrespeito às leis de trânsito", a forma verbal "há" poderia ser substituída por "existe", sem prejuízo aos sentidos originais e à correção do texto.
10. No terceiro parágrafo, o vocábulo "principalmente" foi empregado com sentido de "sobretudo", "mormente".
11. Sem prejuízo à correção gramatical do texto, no segundo período do primeiro parágrafo, a vírgula após "empresas" poderia ser retirada.
12. No segundo período do primeiro parágrafo, o advérbio "também" poderia ser retirado, sem prejuízo aos sentidos originais do texto.

13. No quarto parágrafo, a locução "Não obstante" expressa valor concessivo.

14. No segmento "Estes são divididos em diferentes categorias, como caminhões leves, médios e pesados", o vocábulo "Estes" foi indevidamente empregado e deveria ser substituído por "Esses".

15. No quarto parágrafo, sem prejuízo à correção gramatical, o sujeito partitivo "Cerca de 60% dos deslocamentos de pessoas nas cidades" também admitiria a flexão de seu verbo no singular.

TEXTO II

Como o aumento no preço dos combustíveis impacta o custo de vida dos brasileiros?

O economista Fábio Sobral elucida o que está por trás de tantas altas de preços dos combustíveis nos últimos anos: "A Petrobras sobe os combustíveis, os combustíveis são a base da matriz energética e do transporte de pessoas e cargas, então isso vai provocando uma reação em cadeia. Reduz o número de movimentações das pessoas, aumenta o preço dos fretes. Isso faz com que as pessoas gastem mais em combustíveis. Se elas gastam mais em combustível, elas deixam de gastar em outras áreas do consumo. Então o comércio sofre, o comércio sofrendo a indústria sofre, e isso vai em cadeia até o começo do processo produtivo".

E nessa reação sofre principalmente a grande parcela da população que ganha menos, como é o caso da diarista Maria Martins, que praticamente não vê a cor do dinheiro que recebe: "Esse aumento é um absurdo, porque eu não sei como é que o gás aumenta pelo salário todinho. Porque nem o salário subiu desse tanto, vai subir só no gás. Só que não vai subir só gás, vai subir tudo o que a gente for comprar, vai estar com um preço bem mais alto. E como é que a gente vai fazer com o salariozinho que não aumentou nada?", questiona.

(<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/18/como-o-aumento-no-preco-dos-combustiveis-impacta-o-custo-de-vida-dos-brasileiros>, com adaptações)

Sobre as ideias e estruturas linguísticas empregadas no texto, julgue os itens a seguir.

16. De acordo com o texto, o aumento dos combustíveis gera uma sucessão de consequências que culminam em redução da atividade econômica.
17. No segmento "Se elas gastam mais em combustível, elas deixam de gastar em outras áreas do consumo", o vocábulo "Se" expressa valor condicional e poderia ser substituído por "Caso", sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais do texto.
18. Apesar de sua natureza jornalística, verificam-se no texto traços de informalidade.
19. No segundo parágrafo, a expressão "é que" poderia ser suprimida sem prejuízo ao texto, por ser recurso de realce.
20. Em "[...] é o caso da diarista Maria Martins, que praticamente não vê a cor do dinheiro que recebe", o sujeito da forma "vê" é "Maria Martins".

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

Celso Natale

21. No contexto da legislação brasileira, julgue o item a seguir sobre a obrigatoriedade da realização de análises.
- A realização de Avaliação do Resultado Regulatório é obrigatória na edição e alteração de atos normativos de interesse geral.
22. A respeito do papel da Análise do Impacto Regulatório (AIR) e da Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) no ciclo regulatório, julgue o seguinte item.
- Os atos normativos cuja AIR tenha sido dispensada em razão de urgência serão objeto de ARR no prazo de três anos, contado da data de sua entrada em vigor.

23. No contexto da aplicação prática da Regulação Responsiva, julgue o próximo item.

Um exemplo prático de regulação responsiva é a criação de "sandboxes regulatórios", que permitem que novos produtos e serviços sejam testados em condições controladas, sem a aplicação plena das normas regulatórias existentes, facilitando a inovação responsável e permitindo que os reguladores compreendam melhor as implicações antes de decidir sobre regulações definitivas.

24. Com base na Teoria da Regulação, avalie a assertiva abaixo.

O Risco de Captura descreve a situação em que determinada agência reguladora passa a buscar seus próprios interesses, em detrimento de interesses da sociedade.

25. De acordo com o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, aprovado por meio da Resolução ANTT nº 5.976/2022, julgue o item a seguir.

Compete à Diretoria Colegiada da Agência deliberar sobre a proposta orçamentária a ser encaminhada ao Ministério da Economia.

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO EM TRANSPORTES TERRESTRES

Nick Simonek

26. Com relação aos princípios trazidos pela Lei das Ferrovias, julgue o item a seguir:

A Lei 14.273/2001 prevê como princípio inerente a política setorial, a construção, a operação, a exploração, a regulação e a fiscalização das ferrovias em território nacional a proteção e respeito ao direito dos usuários, bem como preservação do meio ambiente.

27. Com relação aos princípios trazidos pela Lei das Ferrovias, julgue o item a seguir:

A Lei 14.273/2001 prevê como princípio inerente a política setorial, a construção, a operação, a exploração, a regulação e a fiscalização das ferrovias em território nacional o aumento da oferta e da mobilidade e de logística e a eficiência administrativa.

28. Com relação as diretrizes trazidas pela Lei das Ferrovias, julgue o item a seguir:

A Lei 14.273/2001 prevê como diretriz da exploração econômica de ferrovias a adoção e difusão das melhores práticas do setor ferroviário e garantia da qualidade dos serviços e da efetividade dos direitos dos usuários

29. Com relação as operações urbanísticas pela Lei das Ferrovias, julgue o item a seguir:

A instalação de nova infraestrutura ferroviária em zonas urbanas ou de expansão urbana observará o disposto no plano diretor municipal e no plano de desenvolvimento urbano integrado

30. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a operação dos transportes terrestres deve ocorrer por meio de ações descentralizadas e promover, sempre que possível, sua transferência a outras entidades públicas, mediante convênios de delegação, ou a empresas públicas ou privadas, mediante outorgas de autorização, concessão ou permissão. Acerca dos mecanismos de outorga dos serviços de infraestrutura ferroviária, julgue o item subsequente.

A realização do transporte ferroviário de passageiros não associado à infraestrutura depende de permissão, em caso de transporte regular, ou de autorização, em caso de transporte não regular, sendo a ANTT responsável por todas as outorgas referentes a ferrovias federais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições normativas sobre controle e responsabilização do Estado e seus servidores, sobre processo administrativo, julgue os itens a seguir.

31. Caracteriza ato de improbidade administrativa a nomeação de parente de quarto grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na administração pública.

32. A investidura especial dos dirigentes e os respectivos mandatos por prazo determinado são particularidades do regime jurídico das autarquias administrativas.

33. A ausência de encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo à indenização.

34. Quando o interessado declarar que fatos estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou respectivas cópias.

35. O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, sendo assentado o dever de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

36. A jurisprudência recente tem entendido que a Constituição Federal assentou a teoria da dupla garantia, em favor dos administrados e dos servidores estatais, no sentido de que estes somente responderão, por danos causados a terceiros, perante a pessoa jurídica a que se vinculem.

Considerando as regras sobre licitações e sobre a delegação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 37.** O diálogo competitivo deverá ser conduzido por comissão composta por pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, não sendo cabível a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
- 38.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate será cabível a adoção de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 39.** Nas concorrências públicas destinadas à celebração de contratos de concessão de serviços públicos, como mecanismo salutar à competitividade, a Administração poderá admitir a participação de consórcios, ocasião em que uma mesma empresa não poderá participar da licitação dentro de mais de um consórcio.
- 40.** Havendo decretação da intervenção na concessão e, posteriormente, restar comprovado que não se observaram os pressupostos legais aplicáveis, será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito dos direitos e garantias fundamentais e da ordem econômica brasileira, analise os itens abaixo.

- 41.** A doutrina constitucional aponta a diferença entre direitos e garantias fundamentais. Os direitos são normas constitucionais de natureza declaratória. As garantias são instrumentos de defesa dos direitos. Nessa linha, *habeas corpus* é uma garantia e a liberdade de locomoção é um direito.
- 42.** Os tratados sobre direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro terão *status* constitucional, desde que aprovados por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- 43.** O trabalho noturno, perigoso ou insalubre é proibido a menores de 18 anos e qualquer trabalho é proibido a menores de 16 anos.
- 44.** O brasileiro nato somente poderá ter declarada a perda de sua nacionalidade mediante pedido expresso perante autoridade brasileira competente e desde que não configure hipótese de apatridia.
- 45.** A improbidade administrativa provoca a perda dos direitos políticos.
- 46.** A defesa do meio ambiente, embora seja um dos princípios constitucionais da ordem social, não interfere na ordem econômica brasileira.

47. No Brasil, qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, tem legitimidade para propor ação popular para anular ato lesivo ao meio ambiente, uma vez que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é de toda a humanidade.

A respeito da Organização do Estado e da organização dos Poderes, conforme disposto na Constituição Federal, analise os itens abaixo.

48. É competência exclusiva da União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual, intermunicipal e internacional de passageiros.

49. A União, por meio de lei complementar, poderá delegar aos Estados a competência para legislar sobre partes específicas de trânsito e transporte.

50. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União para apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão não há garantias constitucionais de contraditório e ampla defesa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CIÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

51. A PLN é a programação neurolinguística e conhecida como um dos ramos da Inteligência Artificial.

52. Deep Learning é um outro ramo da Inteligência Artificial que, com o uso de redes neurais, utilizam padrões e métodos completamente dissociados da Machine Learning

53. As técnicas de árvores de decisão, K-Nearest Neighbors (KNN) e regressão linear são modelos de técnicas de aprendizado supervisionado.

54. A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.

55. Uma única árvore de decisão normalmente faz grandes previsões e não podem ser combinadas.

56. As três fases principais do ETL, em sua sequência de atuação, são: Extração, Transformação, Carregamento.

57. Ao tratarmos sobre aprendizado de máquina, temos dois tipos básicos conhecidos como Aprendizado por Algoritmo e Aprendizado por Imersão.

- 58.** A lematização (do inglês, lemmatization) é o processo de reduzir uma palavra ao seu lema, isto é, à sua forma base, primitiva, nuclear ou canônica – além de agrupar diferentes formas de uma mesma palavra ou seus sinônimos.
- 59.** O gráfico de linha é um dos mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.
- 60.** Quando os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação
- 61.** Um modelo com baixo viés e baixa variância indica que trata-se de um modelo que possui boa precisão em suas previsões com dados de treino (overfitting), mas que varia bastante quando aplicado a novos dados.
- 62.** Sobre aprendizado de máquina, é correto afirmar que se os rótulos se referem a um conjunto infinito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama regressão.
- 63.** O atributo numérico também pode ser chamado de atributo quantitativo e é aquele que pode ser medido em uma escala quantitativa.
- 64.** Dados estruturados apresentam características bem pré-definidas e facilmente classificáveis
- 65.** No pré-processamento de dados, a detecção de outliers é uma técnica que busca ajustar valores divergentes de dados em tabelas oriundas de bases distintas.
- 66.** O Apriori e o DBCSAN são algoritmos de aprendizado não-supervisionado.
- 67.** A acurácia é a métrica mais simples que permite mensurar o percentual de acertos, isto é, a quantidade de previsões corretas dentro do total de previsões possíveis.
- 68.** A função que compara um valor com um determinado limite e decide se um neurônio será ativado (1) ou não será ativado (0) é a função de tangente hiperbólica.
- 69.** A aquisição é o primeiro passo no processamento digital de imagens. Ela é geralmente composta por uma câmera digital fotográfica ou de vídeo que captura a imagem real e a transforma em uma imagem digital.
- 70.** De acordo com a LGPD, devido ao caráter personalíssimo dos dados, as ações impetradas só podem ser feitas de maneira individual.
- 71.** A LGPD é uma nova legislação que regula o uso de dados digitais dos usuários e se aplica apenas ao meio digital.
- 72.** Os agentes de tratamento de dados são: controlador, operador e encarregado.
- 73.** Segundo a Lei nº 12.527/2011: “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”
- 74.** Segundo a Lei nº 12.527/2011: “Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso devido apenas as pessoas autorizadas”

**LEI Nº 12.527/2011 E LEI Nº 13.709/2018.
(LGPD)**

Herbert Almeida

Com base no que dispõe a Lei n.º 12.527/2011, julgue os itens **75** a **78** a seguir.

75. As entidades administrativas com personalidade jurídica de direito privado, que exercem atividades econômicas, não se sujeitam à Lei de Acesso à Informação, em razão do sigilo empresarial.

76. Apenas os cidadãos brasileiros que estejam em dia com suas obrigações podem formular pedido de acesso à informação em órgãos públicos, independentemente de identificação.

77. José teve seu pedido de acesso à informação indeferido, sem que, contudo, fossem divulgadas as razões da negativa do acesso. Nesse caso, poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de dez dias, a contar da sua ciência, endereçado à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

78. Tendo em vista que a publicidade é a regra e o sigilo a exceção, é autorizado o acesso integral à informação, ainda que contenha alguma parte sigilosa.

Com base no que dispõe a Lei n.º 13.709/2018, julgue os itens **79** a **82** a seguir.

79. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamento o respeito à privacidade, devendo observar a boa-fé e o princípio do livre acesso, que garante o acesso, a qualquer interessado, sobre a integralidade de quaisquer dados pessoais.

80. Para fins do que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n.º 13.709/2018, considera-se dado anonimizado aquele relativo ao titular que possa ser identificado e divulgado, porém levando em consideração a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

81. O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer mesmo sem o consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física de terceiros.

82. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, exceto quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, caso em que terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ANÁLISE DE
DADOS (R)**

Thiago Cavalcanti

83. Sobre os conceitos de Aprendizado de máquina julgue a afirmação abaixo:

O trade-off entre viés e variância refere-se à compensação entre um modelo muito simples (alto viés, baixa variância) e um modelo muito complexo (baixo viés, alta variância).

84. Sobre os conceitos de Aprendizado de máquina julgue a afirmação abaixo:

Na validação cruzada k-fold, o conjunto de dados é dividido em k partes iguais, onde uma parte é usada como conjunto de teste e as outras k-1 partes são usadas como conjunto de treinamento.

85. Sobre os conceitos de Aprendizado de máquina julgue a afirmação abaixo:

A seleção de modelos é o processo de escolha do modelo de machine learning com o maior número de parâmetros, garantindo assim um ajuste mais preciso aos dados de treinamento.

86. Sobre os conceitos de aprendizado de máquina não supervisionados julgue o item a seguir:

O algoritmo K-Means é uma técnica de aprendizado não-supervisionado que visa encontrar grupos ou clusters em conjuntos de dados, minimizando a variância intra-cluster e maximizando a variância inter-cluster.

87. Sobre técnica de regularização julgue o item que se segue:

O método de regularização L1 adiciona uma penalidade à função de custo do modelo de machine learning, proporcional à norma L1 dos parâmetros, com o objetivo de evitar overfitting e promover a simplicidade do modelo.

88. Sobre treinamento de redes neurais julgue o item a seguir:

Na análise de dados, o método do gradiente estocástico é uma abordagem de otimização que atualiza os pesos do modelo apenas após avaliar todos os exemplos de treinamento em cada iteração.

89. Sobre redução de dimensionalidade julgue o item a seguir:

Na técnica de redução de dimensionalidade PCA (Análise de Componentes Principais), os componentes principais são vetores unitários ortogonais que representam as variáveis originais no novo espaço de características.

90. Sobre visualização e análise de dados julgue o item a seguir:

Na análise de dados, a técnica de visualização de dados conhecida como gráfico de dispersão (scatter plot) é frequentemente utilizada para visualizar a relação entre duas variáveis numéricas em um conjunto de dados.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

Considerando que a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais sob o aspecto da finalidade organizacional, julgue os itens a seguir, no que se refere a conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.

91. Sob a ótica apontada, podemos afirmar que a Contabilidade é uma classificada como uma ciência social, assim como a antropologia, sociologia, ciência política, e estuda e pratica funções de orientação, de controle e de registro dos atos e fatos de uma administração econômica.

92. As partes positivas do patrimônio de uma entidade são representadas pelos seus bens e direitos, como por exemplo, dinheiro em caixa, bens móveis e investimentos. Por seu turno, as partes negativas do patrimônio representam as obrigações com terceiros, como fornecedores, mas não incluem a riqueza dos sócios.

93. Separar os bens da entidade dos bens dos sócios decorre da correta aplicação do Princípio da Continuidade.

Sobre a escrituração contábil e elementos das demonstrações contábeis, julguem os itens a seguir:

94. Quanto à sua natureza, as contas contábeis podem ser classificadas como contas patrimoniais ou de resultado.

95. O ativo de uma empresa, que representa as aplicações de recursos, e o patrimônio líquido devem ser necessariamente maiores ou iguais a zero.

A empresa comercial JLS S/A adquiriu mercadorias para revenda cujo valor contábil era de R\$ 20.000,00. Porém, como efetuou o pagamento à vista, conseguiu um desconto de 10%, confirmado no momento da compra.

Com base na situação apresentada julgue o item a seguir.

96. A aquisição das mercadorias será registrada pela empresa com um lançamento a débito na conta mercadorias, aumentando assim o seu saldo. Por outro lado, ocorrerá um lançamento a crédito na conta Bancos com Movimentos, o que gera uma diminuição do seu valor total.

As tabelas a seguir apresentam as movimentações patrimoniais relativas aos meses de dezembro de 20x0 e janeiro de 20x1 da sociedade Brasília S/A que utiliza o regime de competência contábil.

pagamento		
data	despesa relativa a	valor (R\$)
janeiro de 20x1	dezembro de 20x0	9.000
dezembro de 20x0	janeiro de 20x1	11.000
dezembro de x0	dezembro de 20x0	8.000
recebimento		
data	receita de	valor (R\$)
janeiro de 20x1	venda relativa a dezembro de 20x0	20.000
dezembro de 20x0	serviços prestados em janeiro de 20x1	15.000
dezembro de 20x0	venda relativa a dezembro de 20x0	12.000

97. Desconsiderados eventuais tributos incidentes e encargos financeiros incorridos, as transações constantes das tabelas precedentes indicam que, no mês de dezembro de 20x0, houve um lucro de R\$ 15.000.

Considerando o que prevê a Lei 6404/76, julgue o item a seguir.

98. São demonstrações contábeis obrigatórias para todos os tipos de companhias, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado.

O balanço Patrimonial a seguir pertence à Cia Morada da Barra S/A e refere-se ao ano 20x0:

Contas	Saldos
ações em tesouraria	R\$ 23.400,00
ágio por expectativa de rentabilidade futura em participações societárias (goodwill)	R\$ 65.000,00
bancos conta movimento	R\$ 9.750,00
capital social	R\$ 455.000,00
contribuições a recolher	R\$ 84.500,00
depreciação acumulada de veículos	R\$ 19.500,00
empréstimo de longo prazo	R\$ 163.150,00
empréstimos a sócios	R\$ 52.000,00
estoque de mercadoria mantido para venda	R\$ 78.000,00
fornecedores	R\$ 172.900,00
marcas e patentes	R\$ 64.350,00
participação societária em empresas coligadas	R\$ 97.500,00
participação societária em empresas controladas	R\$ 299.000,00
propriedades para investimento avaliadas pelo valor justo	R\$ 325.000,00
reserva legal	R\$ 57.850,00
reservas de capital	R\$ 71.500,00
salários a pagar	R\$ 195.000,00
seguros pagos antecipadamente	R\$ 10.400,00
tributos a recuperar	R\$ 26.000,00
veículos	R\$ 169.000,00

Com base nos dados apresentados, julguem os itens a seguir.

99. Considerando a correta classificação das contas apresentadas, podemos inferir que o Ativo Circulante da entidade é inferior a R\$ 125.000.

100. Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que o Ativo Não Circulante da entidade é superior a R\$ 1.000.000.

101. Entre os exemplos de contas que devem ser classificadas no ativo, encontram-se: as contas de bancos conta movimento, ações de empresas coligadas, ações em tesouraria, adiantamentos a fornecedores e duplicatas descontadas.

Julgue o item seguinte, referente aos fatos contábeis e às variações patrimoniais deles decorrentes.

102. O reconhecimento da depreciação dos equipamentos da Cia Coruja S/A gera efeitos negativos no resultado do período e tem como contrapartida o reconhecimento de um passivo circulante no balanço patrimonial.

Relativamente à contabilização de operações contábeis relacionadas à folha de pagamento, julgue o item a seguir.

D – Despesas de Salários R\$ 10.000,00

C - Bancos R\$ 10.000,00

103. O lançamento acima é utilizado para apropriar as despesas de salários incorridas no mês e registrar o seu respectivo pagamento.

De acordo com a normatização contábil em vigor, julgue o item que se segue com base nas atualizações da contabilidade brasileira nos últimos anos.

104. Ainda que sejam pagos no momento da captação dos empréstimos, os juros incorridos nessa operação não são reconhecidos no resultado no momento inicial da transação, mas ao longo do prazo da operação.

A respeito das contas de receitas e despesas, julgue o item a seguir.

105. Rubricas contábeis como Receita de vendas, receitas financeiras, despesas com salários, despesas com depreciação, são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do rédito da entidade. Além disso, rubricas que registram Ganhos e Perdas também são consideradas contas de resultado.

106. São evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício aumentos nos ativos que geram aumentos no Patrimônio Líquido, como por exemplo, receita de serviços prestados e o aumento de capital social com a subscrição de novas ações.

A sociedade comercial Guarapari S/A realizou, no dia 31/12/x0, as transações apresentadas a seguir.

- Apropriou, por competência, a cota anual cheia de depreciação de uma máquina, adquirida por R\$ 600.000, com vida útil estimada em 10 anos. A empresa tem como política considerar um valor residual de 5% para todos os seus bens. O método de depreciação empregado é o das cotas constantes.
- Descontou, no banco Owl Bank S/A, onde mantém conta, a Duplicata XYZ a vencer em 120 dias. O título, com valor de face de R\$ 80.000, gerou um crédito de R\$ 76.000 na conta-corrente da empresa.
- Vendeu mercadorias no período no total R\$ 2.000.000, já líquido de tributos, concedeu um abatimento sobre as vendas de R\$ 200.000,00 realizando a baixa dos estoques correspondentes, no valor de R\$ 1.110.000.

Nessa situação hipotética, julguem os itens a seguir.

107. A sociedade comercial Guarapari S/A irá reconhecer no resultado do período uma despesa com depreciação superior a R\$ 58.000.

108. A operação de antecipação de recebíveis apresentada na questão gerou um desconto financeiro para a empresa Guarapari S/A, a qual irá reconhecer na sua demonstração do resultado uma despesa financeira de R\$ 4.000.

109. A venda de mercadorias gerou um Lucro Bruto de R\$ 700.000,00.

Com relação aos critérios de avaliação de ativos de companhias abertas, julgue o item a seguir.

110. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, valores anormais de desperdício de matéria-prima não são considerados custos de estoques e devem ser reconhecidos como despesas do período em que ocorreu o desperdício.

GOVERNANÇA

Stefan Fantini

Acerca da governança, julgue os itens a seguir.

111. A governança está relacionada à capacidade política de governar e à legitimidade, ao passo que a governabilidade está relacionada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas.

112. Dentre os princípios da boa governança no setor público podem-se citar: ética, conformidade, transparência e prestação de contas responsável.

- 113.** A governança na gestão pública envolve a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento. A *accountability*, ao seu turno, consiste no dever do cidadão de realizar o controle social da administração pública.
- 114.** A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada “Teoria da Agência”, ou “Conflito de Agência”.
- Acerca das reformas administrativas no Brasil e dos modelos teóricos de administração pública, julgue os itens a seguir.
- 115.** Governo e Estado são conceitos que se distinguem por diversas características. Nesse sentido, pode-se dizer que o Estado é o elemento condutor do Governo.
- 116.** No modelo de administração pública caracterizado pela utilização de práticas burocráticas, o poder racional-legal e os mecanismos de controle administrativo, predominantemente a posteriori, são utilizados para combater a corrupção e o nepotismo.
- 117.** Descentralização e horizontalização de estruturas são princípios típicos da Administração Pública Gerencial. A gestão horizontalizada do modelo gerencial tem por objetivo substituir a verticalização de estruturas, própria do modelo burocrático.
- 118.** A reforma de 1995, como uma estratégia de desburocratização da máquina pública, transferiu atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 119.** O modelo de gestão patrimonialista caracteriza-se pela fusão entre as noções de soberania, pertencente à esfera privada, e patrimônio, concernente à esfera pública.
- 120.** O modelo de administração burocrático buscou a superação do clientelismo e do nepotismo, mediante a adoção de critérios de meritocracia, impessoalidade e profissionalização dos servidores públicos.
- 121.** O movimento de publicização surgiu quando da implementação do modelo de administração burocrático, representando a retomada pelo Estado de serviços e atividades precedentemente privatizados.
- 122.** A erradicação das práticas patrimonialistas no Brasil ocorreu com a reforma administrativa de 1930, a qual instituiu o modelo de administração burocrático na gestão governamental brasileira.
- 123.** O Novo Gerencialismo Público (*New Public Management – NPM*) consiste em um conjunto de doutrinas que pretendiam que os princípios gerenciais utilizados pelas empresas privadas fossem aplicados à Administração Pública. O NPM apresentou três estágios: Gerencialismo Puro, Consumerism e Public Service Orientation.
- 124.** A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à eficácia, ao passo que a eficiência se relaciona ao alcance de resultados e disponibilização de serviços públicos nos prazos demandados pela população. A efetividade, ao seu turno, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

125. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado no Governo Getúlio Vargas, demarcou o início das práticas de burocratização do Estado brasileiro.

126. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) subdivide a administração pública em quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Nesse sentido, pode-se dizer que as agências reguladoras pertencem ao setor das atividades exclusivas do Estado.

Acerca da Avaliação de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

127. A análise custo-benefício consiste em uma análise qualitativa, baseada na relação entre os custos relativos de determinada política pública e os seus resultados.

128. A avaliação *ex ante*, por ser sempre realizada previamente à implementação de determinada política pública, é considerada uma metodologia de avaliação da eficácia.

129. Avaliações formativas tem foco em processos e na implementação de políticas públicas. As avaliações somativas, ao seu turno, ocorrem após a implementação da política pública, com o objetivo de avaliar os resultados da política pública.

Acerca da Gestão por resultados, julgue os itens a seguir.

130. A gestão por resultados na administração pública tem como fundamento básico a substituição dos procedimentos adotados pelo modelo burocrático de administração com vistas à implantação de um modelo gerencial, com foco na otimização dos processos de gestão.

GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca de planejamento, conceitos, métodos e técnicas, avalie os itens a seguir.

131. O planejamento é a função administrativa que define os objetivos e decide sobre recursos e tarefas necessários para alcançar esses objetivos. Os planos estratégicos envolvem toda a organização, sendo direcionado a longo prazo, focaliza o futuro e a ação global e os planos táticos compreendem cada tarefa/atividade, sendo direcionado a curto prazo, focaliza o presente e a ação específica.

132. A análise SWOT é um instrumento bastante utilizado pelas organizações para verificar sua posição estratégica no setor de negócios. Em uma agência reguladora de transportes, a autorização concedida para a cobrança de tarifas nos pedágios em rodovias, através de vistoria completa nas praças de pedágio que atestaram a capacidade de operação das concessionárias, possibilitando promover manutenção, conservação e melhorias das rodovias, garantindo maior segurança e conforto aos usuários pode ser visto como uma força.

A respeito da gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

133. O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado padronizado, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis

Acerca da gestão da qualidade e da excelência na gestão pública, avalie os itens a seguir:

134. A definição de indicadores, a realização de treinamentos e elaboração do plano de ação para melhoria são etapas da fase de planejamento do ciclo PDCA.

135. No processo de resolução e controle de problemas de qualidade pode-se utilizar o histograma como ferramenta para apresentar uma distribuição de frequência dos eventos de forma gráfica, facilitando sua compreensão.

136. O benchmarking é uma tecnologia de mudança utilizada para avaliar, comparar e identificar o *gap* de desempenho e obter vantagem competitiva. O benchmarking abraça a ideia de processo, contínuo e sistemático e pode ser realizado de forma interna, competitiva ou funcional.

137. O modelo de excelência preconizado pelo Fundação Nacional de Qualidade apresenta como fundamento a adaptabilidade que se refere à capacidade de interdependência entre os diversos componentes que interagem com a organização e afetam o alcance dos objetivos e estratégias.

Acerca da gestão por resultados, a evolução dos modelos e os diversos aspectos da administração pública moderna, julgue os itens a seguir.

138. O exercício da Governança Pública implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos e racionais nos processos de decisão.

139. A administração gerencial constitui uma modernização do Estado burocrático, mantendo o foco no planejamento das políticas públicas e na atuação empresarial do Estado.

140. A dimensão cultural da reforma do aparelho do Estado visava mudar valores arraigados nas organizações públicas, como a desconfiança generalizada, que caracteriza a administração burocrática, para uma confiança prévia no administrador público, próprio da administração gerencial.

141. Os modelos de gestão pública evoluíram com vistas ao atendimento das necessidades do cidadão. A ideia de que governar é administrar corresponde ao paradigma da administração pública burocrática.

142. O termo *accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. O tipo de *accountability* que representa o controle mútuo entre os Poderes da República, a exemplo de quando o Poder Judiciário fiscaliza o Poder Executivo é chamado de *accountability* horizontal.

Em relação à gestão de recursos humanos, gestão de pessoas, competências, liderança e desempenho institucional, julgue os itens que se seguem.

143. A gestão estratégica de pessoas constitui um conjunto de atividades de aprendizagem e desenvolvimento que estão verticalmente alinhadas e horizontalmente integradas e que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

144. A gestão por competências possibilita mapear as competências necessárias para o exercício de atividades de liderança em uma organização e permite levar informações para outros subprocessos de gestão de pessoas, como agregar, aplicar e recompensar.

145. O modelo de gestão de pessoas por competência identifica as lacunas de competência e mensura a complexidade das competências, que podem ser analisadas do ponto de vista de nível, abrangência e escopo. Na administração pública, essas competências estão relacionadas ao cargo ocupado; na administração privada o conceito utilizado está relacionado ao espaço ocupacional.

146. Liderança é a capacidade de influenciar indivíduos para a realização de objetivos, sendo uma característica fundamental no contexto organizacional. A teoria dos traços afirma que a liderança depende de características intrínsecas da personalidade do indivíduo, independente da situação em que ele esteja.

147. As novas necessidades requeridas pela administração pública envolvem o desenvolvimento de equipes funcionais, visando assegurar que o trabalho seja realizado de forma eficiente, eficaz e efetiva.

148. Independente dos custos e investimentos envolvidos, a administração pública deve desenvolver competências profissionais, pois somente pessoas capacitadas, motivadas e reconhecidas alcançam os resultados desejados.

Acerca dos instrumentos de contratualização de resultados e supervisão na administração pública, julgue os itens a seguir.

149. São exemplos de instrumentos de contratualização na área pública os contratos de gestão, termo de parceria, termo de fomento e termo de colaboração.

150. Nos órgãos da administração federal, a estrutura central de direção deve concentrar-se no planejamento, na supervisão, na coordenação e no controle, e não nas rotinas de execução de tarefas de mera formalização de atos administrativos.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

André Rocha

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e outras disposições constitucionais relativas, julgue os itens **151** e **152**.

151. O Poder Público tem o dever de manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.

152. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Cerrado e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Sobre mudanças climáticas, julgue os itens **153** e **154**.

153. No contexto das mudanças climáticas, mitigação se refere a iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

154. As ações de âmbito nacional para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas.

Uma determinada rodovia inicia-se no estado Alfa, passa por sete outros estados da federação, atravessa parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA) estadual e de uma Terra Indígena até chegar no estado Beta. Certas obras deverão ser feitas em alguns trechos dessa rodovia e o licenciamento ambiental será realizado por trecho, não de forma conjunta para toda a rodovia.

Considerando esse contexto e outras disposições sobre Licenciamento Ambiental Federal e Avaliação de Impactos Ambientais, julgue os itens **155** a **158**.

155. Como se trata de rodovia que abrange diversos estados, o licenciamento ambiental de cada trecho da obra será responsabilidade conjunta do órgão federal licenciador e dos respectivos órgãos estaduais onde cada trecho está inserido.

156. Se se tratar de estrada de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento, será necessária a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental.

157. O trecho da rodovia que atravessa a Terra Indígena necessariamente deverá ser licenciado pela União.

158. O trecho da rodovia que atravessa a Área de Proteção Ambiental estadual necessariamente deverá ser licenciado pelo estado ao qual pertence a APA.

Julgue os itens **159** e **160** sobre a Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 4.340/2002.

159. Considerando uma rodovia que se situa entre duas unidades de conservação (UCs), uma possível solução para possibilitar o fluxo de genes e o movimento da biota entre as UCs seria a constituição de corredores ecológicos.

160. Uma determinada unidade de conservação de uso sustentável que é afetada por uma obra de uma rodovia que exigiu a elaboração de estudo de impacto ambiental necessariamente deve ser uma das beneficiárias da compensação ambiental.

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), conhecida como Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, além de prever instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Sobre o Código Florestal, julgue o item a seguir.

161. Não é exigida a Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.

162. Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, devem elaborar normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar tais normas.

Em relação à competência comum de proteção das paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição em qualquer de suas formas e preservação das florestas, da fauna e da flora, julgue os itens **163** e **164**.

163. O licenciamento ambiental exigido para a implantação de rodovias federais é de competência do IBAMA.

164. Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.

Considerando as disposições federais sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de baixo potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação, julgue os itens **165** e **166**.

165. O procedimento simplificado de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos ferroviários de baixo potencial de impacto ambiental é iniciado pela apresentação do requerimento de Licença Prévia.

166. Em situações que coloquem em risco o meio ambiente, a saúde e a segurança da população e dos empregados das ferrovias, bem como o andamento das operações ferroviárias, o empreendedor deve executar obras emergenciais no local para conter e recuperar a área, visando exclusivamente a retomada do seu pleno tráfego, devendo comunicar, obrigatória e imediatamente, ao órgão ambiental competente.

A Portaria interministerial nº 60/2015 disciplina a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA.

Sobre a referida norma, julgue os itens **167** e **168**.

167. No início do procedimento de licenciamento ambiental, o empreendedor deverá, na Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), solicitar informações do IBAMA sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

168. Após o recebimento dos estudos ambientais, o IBAMA tem trinta dias para solicitar manifestação dos órgãos e entidades envolvidos, independentemente da existência ou não de EIA/RIMA.

A Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020, dispõe sobre a regularização ambiental federal de Rodovias Federais pavimentadas.

Sobre a referida norma, julgue os itens **169** e **170**.

169. As ações urgentes são as intervenções que se destinam a recompor, reconstruir ou restaurar taludes, trechos rodoviários e obras de arte especiais e correntes que tenham sido seccionados, obstruídos ou danificados por evento extraordinário ou catastrófico, ocasionando a interrupção do tráfego ou colocando em flagrante risco seu desenvolvimento.

170. Os processos de regularização ambiental poderão ser abertos por Unidade da Federação, considerando todos os trechos e segmentos da malha rodoviária pavimentada em operação, exigindo-se a devida licença ambiental de operação.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
